



AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICO-IDENTITÁRIAS PARA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Daiane Rúbia de Freitas
Mary Anne Vieira Silva

RESUMO: Neste trabalho tem o objetivo de compreender e analisar as políticas culturais, principalmente a regularização dos espaços, ritos e cultos das práticas de matriz africana, a partir destes recursos e leis constitucionais que garante as práticas de matriz africana. Tento como proposta em especial a religião do Candomblé, em Goiânia sendo realizada como prática cultural deste reconhecimento de seu espaço simbólico perante a religião dominante do momento cristã, assim esta pesquisa irá mostra essas disputas espaciais para produzir sobre suas práticas culturais. Abordando-se historicamente com uma enorme desigualdade, sob várias formas, como a miséria, discriminação, violência, mas havendo grande enfrentamento também aos aspectos culturais e identitários. Em pós-1968, um período de “regime autoritário”, ocorreu um debate sobre as nacionalidades de gênero e raça, onde a cultura e a identidade trazem uma grande marca de tensão sobre os direitos coletivos, em busca de novos espaços que transformam radicalmente a sociedade. Porém, aproximando-se ao campo político, havendo várias disputas intelectuais fazendo-se que a uma ampla avaliação crítica, mas este processo interferiu nas ações voltadas a inclusão social. Na década de 80, houve conturbações na trajetória da construção democrática no Brasil, pois marcada com um caráter da transição na democracia, onde ocorreram avanços na lógica neoliberal, havendo grande resistência e com grande insuficiência no primeiro governo da transição com a crise econômica, onde possibilitou a transformação democrática e também expandindo a agenda social e política brasileira que limitou ações políticas nos planos internacionais. Nos anos de 1990, foi marcada por causa das agendas democráticas neoliberais do Estado e das relações com a sociedade civil e, principalmente, o mercado onde passou-se a cruzar de formas contraditórias, tais como a privatização, o mercado e o sujeito como cidadão-consumidor. O Estado e o mercado com o discurso público adentram nas práticas sociais para operarem aos novos sentidos de bem estar social democrático. Os projetos de inclusão social encontram-se com grande resistência ao neoliberalismo sobre o discurso dominante, pois seu caráter contestava a hegemonia privatista, forçando a legitimidade entre as suas promessas e as realizações de todos e por parte do discurso das grandes agências multilaterais que possuíam incorporação e neutralização, que se deu a partir do caráter de anti status quo. Assim, há na representação da sociedade, agendas caracterizadas com demandas próprias para reconhecer as diferenças e as identidades com as expressões subalternas do Estado. Atualmente, cria-se programas com grandes objetivos e desafios, onde se estruturam nas grandes desigualdades raciais, que são manifestadas em vários momentos na sociedade. No caso, específico deste trabalho, os Candomblecistas, tendo como questionamento quais políticas públicas promovem e protegem o patrimônio, a cultura e o espaço dos terreiros de candomblé, elas estão sendo praticadas. Percebe-se então, que sim existem leis, conforme o Plano Nacional da Cultura (PNC), porém elas estão sendo efetuadas? Os projetos estão indo além de suas pranchetas?